



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

XLVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL Nº 25/2016

O **Desembargador LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO**, Presidente da Comissão do XLVII Concurso Para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, **DIVULGA** os pontos para as provas orais que serão realizadas nos dias 14 e 15 de dezembro de 2016, das 9:00 às 18:00 horas, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na Sala de Sessão do Órgão Especial, situada à Avenida Erasmo Braga, nº 115, 10º andar, Lâmina I, Centro, Rio de Janeiro.

Ponto 1

- Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Direitos da personalidade. Desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio.
- O Direito de ação e suas condições, das partes e seus procuradores, da substituição das partes e seus procuradores. Ação popular.
- Princípios e conceitos gerais do Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes. Código Civil e CODECON. Pontos de divergência e convergência.
- Aspectos e Princípios Gerais do Direito da Criança e do Adolescente.
- Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- Finalidades do Direito Penal. Do Crime. Execução Penal.
- Princípios Fundamentais do Processo Penal. Lei nº 9.099/95 – Juizados Especiais. Lei nº 7.210/84 – Execução Penal.
- Poder constituinte originário, derivado e decorrente.
- Princípios de direito eleitoral.
- O Direito de empresa no novo Código Civil. Perfis da empresa. Limites ao exercício da empresa. Títulos de crédito. Características e atributos. Classificação. Sociedades. Propriedade industrial.
- Poder de tributar e competência tributária. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – perfil do tributo.
- Função administrativa. Atos administrativos. Princípios regedores da Administração. Servidores públicos.
- A Constituição e o Meio Ambiente. O artigo 225: objetivo, alcance e reflexos. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental.
- Objeto da Sociologia Jurídica.

Ponto 2

- Locação em geral. Locação residencial. Locação para temporada. Locação não residencial. Locação comercial. Do comodato e do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada.
- Direito Processual Constitucional. Ações Constitucionais. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Ação Popular. Mandado de Injunção. *Habeas Data*.
- Boa fé objetiva dentro da sociedade de consumo. Teorias. Do princípio da informação.
- Colocação em família substituta: guarda, tutela e adoção. Abrigo e alternativas de acolhimento familiar.
- Ação Coletiva. Condições e Pressupostos.
- Aplicação da lei penal. Das penas. Da organização criminosa.
- Lei processual no espaço e no tempo. Interpretação da lei processual penal. Lei nº 12.850/13 – Organização Criminosa.
- Organização do Estado Brasileiro.
- Partidos políticos.
- Sociedades empresárias. Tipos. Elementos. Classificação. Títulos de crédito.
- Competência tributária estadual. Processo judicial tributário: medidas cautelares. Dívida ativa.
- Poderes Administrativos. Poder Regulamentar, Disciplinar, Hierárquico e de Polícia. Desapropriação.
- Federalismo e Meio Ambiente. Sistemas de competência dos Entes Federados.
- Princípios da Sociologia Jurídica.

Ponto 3

- Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. Da prova.
- Do litisconsórcio e da Assistência, do Ministério Público e as Modalidade de Intervenção de Terceiros. Ação por ato de improbidade administrativa.
- Relações de Consumo. Contratos de longa duração. Dependência. Catividade. Vulnerabilidade. Características e diferenciações.
- A Justiça da Infância e da Juventude. Aspectos processuais e procedimentos especiais. Atuação do Ministério Público.
- Legitimidade para a Ação Coletiva.
- Do Crime. Medidas de segurança. Ação Penal.
- Investigação Criminal. Lei nº 9.296/96 – Interceptação Telefônica. Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente.
- Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa brasileira dispostos na Constituição Federal de 1988.
- Elegibilidade.
- Sociedades por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Características. Falência e Recuperação de empresas.
- Princípios tributários da legalidade e seletividade. Competência tributária municipal.
- Serviços Públicos. Delegação: concessão, permissão e autorização. Extinção dos atos administrativos. Responsabilidade civil da administração.

- Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Outros princípios ambientais implícitos ou extraíveis do sistema constitucional.
- Relação da Sociologia Jurídica com a Psicologia.

Ponto 4

- Responsabilidade civil. Pressupostos. Causalidade. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva. Dano material. Dano moral. Indenização.
- Competência. Poderes e deveres do Juiz. Causas de impedimento e suspeição. Atos processuais. Ação de mandado de segurança.
- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.
- Conselho Tutelar. Fundo da Infância e Adolescência.
- Ação civil pública e seu objeto.
- Execução penal. Crimes contra a pessoa. Extinção da punibilidade.
- Princípios fundamentais do Processo Penal. Sentença penal. Procedimento especial do Tribunal do Júri.
- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação à Constituição da República Federativa do Brasil.
- Ação de impugnação de registro de candidatura.
- Falência. Princípios. Pressupostos. Caracterização. Efeitos. Acordo de acionistas. Acionista controlador. Abuso do poder de controle. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Títulos de crédito.
- Princípio da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária. Processo administrativo tributário.
- Descentralização administrativa. Outorga. Administração Indireta.
- Deveres genéricos e específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.
- Função prática da Sociologia Jurídica.

Ponto 5

- Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.
- Atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Regime de invalidade dos atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Habeas data.
- Cláusulas e práticas comerciais abusivas, interpretação e abrangência. Oferta e publicidade. Revisão contratual.
- Jurisprudência e Súmulas do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, relacionadas com os Direitos da Criança e do Adolescente.
- Sentença e Coisa Julgada nas Ações Coletivas.
- Das penas. Juizados Especiais Criminais. Finalidades do Direito Penal.
- Sentença penal. Jurisdição. Competência criminal. Nulidades.
- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e

municipais em relação às Constituições Estaduais.

- Abuso de poder econômico e político.
- Efeitos jurídicos da sentença de falência. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Modalidades de dissolução e de liquidação. Sociedades Empresárias.
- Princípios tributários de vedação ao confisco e da livre circulação. Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e sobre doações. Precatórios nas relações tributárias.
- Agência Reguladora. Intervenção do Estado na propriedade.
- A comunidade e a tutela do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário.
- O Código de Ética da Magistratura.

Ponto 6

- Dos contratos em geral. Do depósito. Do mandato. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da fiança.
- Processo e procedimento. Das provas. Arguição de falsidade. Ação por ato de improbidade administrativa.
- Contratos de longa duração (continuação). Processos e sistemas obrigacionais. Fases. Semelhanças e/ou diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.
- Aspectos e Princípios Gerais do Direito da Criança e do Adolescente.
- Dano moral coletivo.
- Concurso de crimes. Extinção da punibilidade. Crimes contra o patrimônio.
- Princípios Fundamentais do Processo Penal. Prova Penal. Ação penal e comunicação dos atos Processuais.
- Arguição de inconstitucionalidade no Estado do Rio de Janeiro.
- Financiamento de campanha eleitoral.
- Sociedades. Títulos de Crédito. Características. Requisitos essenciais. Recuperação de empresas. Propriedade Industrial.
- Princípio da igualdade tributária e subprincípios derivados. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Certidões negativas.
- Controle da Administração. Controle interno e externo. Tribunais de Contas.
- Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil Ambiental. Dano e reparação.
- Independência do Juiz.

Ponto 7

- Da compra e venda. Da venda com reserva de domínio. Da doação. Arrendamento Mercantil.
- Da sentença e da coisa julgada. Eficácia natural da sentença e autoridade da coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Ação de mandado de segurança.
- Teorias de confiança, da vontade e da declaração. Aplicação aos contratos de consumo. Semelhanças e/ou diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.
- Ato infracional. Garantias processuais. Aplicação de Medidas de Proteção e Medidas Socioeducativas.
- Liquidação de Sentença e Execução nas ações coletivas. Legitimidade.

- Aplicação da lei penal. Execução penal. Do crime.
- Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Nulidades. Lei nº 11.340/06 - Maria da Penha
- Processo legislativo e espécies normativas.
- Propaganda político-eleitoral.
- Ineficácia dos atos praticados pelo devedor antes da falência. Atos revogáveis. Ação Revocatória. Regência supletiva pelas normas da sociedade simples. Aplicação das normas da sociedade anônima à sociedade limitada. Promissória. Letra de Câmbio. Duplicata. Sociedades.
- Princípio da capacidade contributiva e seus corolários. ICMS.
- Garantias dos administrados: mandado de segurança, ação popular, habeas data e mandado de injunção.
- Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna, Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança.
- Imparcialidade do Juiz.

Ponto 8

- Do condomínio. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária.
- Ação Anulatória, Ação Rescisória e *querela nullitatis*. Ação civil pública.
- Defesa do consumidor em juízo. Prova. Inversão do ônus probatório. Desconsideração da personalidade jurídica. Ações Coletivas.
- Aspectos e Princípios Gerais do Direito da Criança e do Adolescente.
- O Papel do Ministério Público na Tutela Coletiva. Inquérito Civil
- Juizados Especiais Criminais. Das penas. Lei nº 11.343/06.
- Princípios Fundamentais do Processo Penal. Sentença penal. Sujeitos do processo.
- Direitos humanos.
- Recurso contra expedição de diploma.
- Dos efeitos jurídicos da sentença de falência. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Créditos não sujeitos à habilitação. Habilitação retardatária. Quadro geral de credores. A responsabilidade do sócio que se retira ou é excluído. Apuração de haveres. Cheque. Endosso e aval. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas.
- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Processo judicial tributário.
- Ação de improbidade. Ação civil pública. Princípios administrativos. Agentes públicos.
- Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA.
- Infrações éticas. Sanções.

Ponto 9

- Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa.
- Da liquidação de sentença. Da execução por título executivo extrajudicial e do cumprimento de sentença. Da impugnação e dos embargos à execução. Da execução contra a fazenda pública. Do precatório.

- Direito do consumidor: disposições gerais. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos.
- Jurisprudência e Súmulas do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, relacionadas com os Direitos da Criança e do Adolescente.
- A Tutela do Meio Ambiente.
- Das Penas. Medidas de segurança. Crimes contra a dignidade sexual.
- Procedimento comum e ordinário. Lei nº 11.343/06 – Drogas. Questões e processos incidentes.
- Direitos fundamentais explícitos e implícitos.
- AIJE por abuso de poder.
- A liquidação na falência. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Sociedade. Propriedade Industrial.
- Vigência e aplicação da lei tributária. Execução fiscal.
- Responsabilidade civil do Estado. Intervenção no domínio econômico. Previdência social. Proventos. Pensão.
- Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição Visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.
- Distinção entre a Filosofia geral e a Filosofia Jurídica.

Ponto 10

- Direito de superfície. Loteamento. Incorporação imobiliária.
- Dos recursos. Uniformização de Jurisprudência. Incidente de inconstitucionalidade.
- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.
- A Justiça da Infância e da Juventude. Aspectos processuais e procedimentos especiais. Atuação do Ministério Público.
- A tutela coletiva do consumidor.
- Crimes contra a dignidade sexual. Aplicação da lei penal. Medidas de segurança.
- Sentença Penal. Lei nº 11.343/06 – Drogas. Prova Penal.
- Garantias ativas e passivas dos direitos fundamentais.
- Ação por captação ou gasto ilícito para fins eleitorais.
- Recuperação judicial da empresa. Títulos de Crédito. Sociedades. Falência. Propriedade Industrial.
- Imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis. Execução contra a Fazenda Pública.
- Procedimento administrativo. Prescrição e decadência. Autotutela. Atos nulos e anuláveis. Sanatória.
- Responsabilidade Ambiental. Sanções ambientais. Lei Federal 9.605/98.
- Importância da Filosofia na função judicial.

Ponto 11

- Direito do idoso. Direito autoral. Registros Públicos.
- Do processo cautelar e dos Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e contenciosa. Da ação de Consignação em pagamento, da ação de depósito e da ação de prestação de contas.

- Teorias da confiança, da vontade e da declaração (continuação). Proteção do consumidor pelos aspectos positivo e negativo. Reflexos nas relações contratuais. Diálogo das fontes com o Direito Civil. Semelhanças e/ou diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.
- Direito da Criança e do Adolescente. Retrospectiva histórica. A proteção integral.
- A Tutela Coletiva de Urgência
- Concurso de crimes. Juizados Especiais Criminais. Lei nº 11.343/06.
- Recursos. Ações autônomas de impugnação. Lei nº 11.340/06 – Maria da Penha.
- Direitos da cidadania.
- Ação por captação ilícita de sufrágio.
- Recuperação judicial e extrajudicial. Concorrência desleal. Duplicata mercantil. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Sociedades.
- Obrigação tributária: sujeição ativa e passiva. ICMS - não-cumulatividade. Conflito ICMS x ISS.
- Classificação dos cargos públicos. Transformação e extinção. Criação de cargos. Atos punitivos. Processo e procedimento. Princípios regeadores. Responsabilidade civil do agente público.
- Ética Ambiental. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.
- Equidade.

Ponto 12

- Do direito das coisas. Da posse. Da propriedade. A garantia do direito de propriedade em relação com sua função social e ambiental. Dos direitos de vizinhança.
- Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação de Usucapião. Do inventário e partilha. Da ação de busca e apreensão de bens dados em alienação fiduciária. Da separação judicial e do divórcio.
- Cláusulas e práticas abusivas (continuação). Práticas abusivas comerciais e produtivas. Diferenciação. Mecanismos para seu reconhecimento. Fases de possibilidade de ocorrência das mesmas. Atuação do Magistrado. Limites.
- Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e o Adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação Especial. Aspectos constitucionais e legais.
- A Tutela de bens de direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- Execução Penal. Ação Penal. Da organização criminosa.
- Princípios fundamentais do Processo Penal. Procedimentos especial do Tribunal do Júri – Desaforamento. Recursos.
- Intervenção Federal e intervenção Estadual.
- Ação por conduta vedada a agentes públicos.
- Contrato de transporte. Propriedade Industrial. Sociedades. Títulos de Crédito.
- Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações. Execução fiscal: defesa do executado e de terceiro. Exceções na execução fiscal.
- Limitações e restrições administrativas. Bens públicos. Características. Espécies. Formas de uso. Uso de bem público por particulares. Alienação.
- Tutela Extrajudicial do Meio Ambiente. Tutela judicial do Meio Ambiente: ação civil pública, ação popular, ação objetivando obrigação de não fazer ou de fazer.

Ação demolitória. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Ambiental. Prescrição.

- Teoria Tridimensional do Direito.

Ponto 13

- Das servidões. Do compromisso de compra e venda. Garantias de dívidas: penhor e hipoteca.

- Embargos de terceiros. Arbitragem. Do Litisconsórcio e da Assistência.

- Vantagem manifestamente excessiva. Conceituação. Parâmetros. Reflexos em sistema de contratação massificada. Valoração e aferição.

- Ato Infracional. Garantias processuais. Aplicação das medidas de proteção e medidas socioeducativas.

- Tutela coletiva e responsabilidade civil.

- Lei nº 11.343/06. Juizados Especiais Criminais. Do Crime.

- Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Lei nº 9.099/95 – Juizado Especial. Lei nº 11.340/06 – Maria da Penha.

- Nulidades. A Lei n. 10.741/03. A Lei n. 8.069/90.

- Princípios constitucionais da Administração Pública.

- Ação de impugnação de mandato eletivo.

- Sociedade limitada. Conhecimento de frete ou de transporte. Títulos de Crédito. Falência e Recuperação de empresas.

- Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Taxa judiciária, custas e emolumentos.

- Licitação e contratos administrativos.

- Política Ambiental e Urbanismo.

- Interpretação Jurídica.

Ponto 14

- Do direito de família. Da eficácia do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Do poder familiar: disposições gerais, exercício, suspensão e extinção. Do regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável.

- Juizados Especiais Cíveis. Competência. O sistema recursal. Acesso aos Tribunais Superiores. Coisa julgada. Limites objetivos e subjetivos. Ação rescisória.

- Vantagem manifestamente excessiva (continuação). Nulidade. Anulabilidade. Semelhanças e/ou diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Reflexos contratuais.

- Colocação em família substituta: guarda, tutela e adoção. Abrigo e alternativas de acolhimento familiar.

- A Tutela da honra e da dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

- Das Penas. Crimes contra o patrimônio. Extinção da punibilidade.

- Sentença penal. Prova. Procedimento comum, ordinário, comum sumário e procedimentos especiais.

- Princípios constitucionais da ordem econômica.

- Inelegibilidades constitucionais.

- Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Doutrina da desconsideração da

pessoa jurídica. Conhecimento de depósito e warrant. Títulos de Crédito. Sociedade Anônima.

- Conflito IPTU x ITR. Processo judicial tributário: mandado de segurança. Decadência e prescrição do crédito tributário.
- Atos administrativos. Contratos administrativos.
- Política ambiental na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
- Democracia e Estado de Direito.

Ponto 15

- Do direito das Sucessões. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.
- Procedimentos Especiais fora do CPC: Ações de Despejo, Revisional, Renovatória, de Desapropriação, de Execução Fiscal, de Improbidade Administrativa. Mandado de Segurança Individual e Coletivo.
- Proteção contratual no Código de Defesa do Consumidor. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão.
- Direito da Criança e do Adolescente. Retrospectiva Histórica. A trilogia da proteção integral. Aspectos constitucionais e legais, Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.
- Tutela coletiva da ordem econômica, urbanística e para defesa do patrimônio público e social.
- Do crime. Crimes contra a pessoa. Medidas de segurança.
- Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Questões e processos incidentes. Sentença penal – Recursos.
- Organização do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988.
- Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.
- Sociedade Anônima. Processo Falimentar. Títulos de Crédito. Propriedade Industrial.
- Isenções, não-incidência, alíquota zero, imunidades. Processo judicial tributário: repetição do indébito e compensação.
- Atos vinculados e discricionários. Controle externo pelo Judiciário. Mérito. Controle de políticas públicas.
- Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.
- Atuação do Judiciário como Poder Político.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2016.

Desembargador LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO
Presidente da Comissão de Concurso